



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM

OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO/SRTE/AM/Nº 9201 ^{SECRET} ₂₀₁₀ manaus /AM, 9 de novembro de 2010.

Referência: Solicitação nº **MR062609/2010**
Processo nº **46202.009596/2010-18**
Acordo Coletivo de Trabalho

Aos Senhores

ANTONIO VICENTE DO NASCIMENTO - Presidente

SIND DOS EMP EM COND E EMP PREST SERV DA CIDADE D/MNS - 00.444.514/0001-36

JOSE ROBERTO TADROS - Presidente

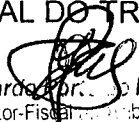
FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS -
04.403.986/0001-00

Prezados Senhores,

Por meio do presente, NOTIFICAMOS que o instrumento coletivo acima referido, transmitido pela Solicitação nº MR062609/2010 e protocolizado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 46202.009596/2010-18, foi registrado nesta Unidade do MTE sob o nº AM000703/2010.

Atenciosamente,

SEÇÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/AM


Eduardo de Melo
Fiscal do Trabalho
Setor de Fiscalização do Trabalho
CIF 02742-1 / Mat. 1180059

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR062609/2010

SIND DOS EMP EM COND E EMP PREST SERV DA CIDADE D/MNS, CNPJ n. **00.444.514/0001-36**, localizado (a) à Rua Marcílio Dias, 256, Casa do Trabalhador, Centro, Manaus/AM, CEP 69.005-270, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **ANTONIO VICENTE DO NASCIMENTO**, CPF n. 160.024.582-04, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 01/10/2010 no município de Manaus/AM;

E

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 04.403.986/0001-00, localizado (a) à Rua Marcílio Dias, 256, nt, Centro, Manaus/AM, CEP 69.005-270, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **JOSE ROBERTO TADROS**, CPF n. 001.844.462-87;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o **REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO** transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema **MEDIADOR**, sob o número **MR062609/2010**, na data de 28/10/2010, às 12:30:11.

_____, 28 de outubro de 2010.


ANTONIO VICENTE DO NASCIMENTO
Presidente

SIND DOS EMP EM COND E EMP PREST SERV DA CIDADE D/MNS


JOSE ROBERTO TADROS
Presidente

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS

NUDPRO/AM
46202.009596/2010-18
/ /2010

MTE SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO AMAZONAS
08 NOV. 2010
PROTOCOLO
02



SINDECOMPRESTS

1

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE MANAUS

Trabalhadores em Condomínios (Residenciais, Prediais, Comercial, Misto e Shoppings Centers) e Empresas Prestadoras de Serviços (Em seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, em empresas de administração de imóveis por conta de terceiros, incorporação, compra e venda de imóveis, em atividades associativas não classificadas, em atividades de assessoria em contabilidade e gestão empresarial, em atividades de treinamento e empacotamento por conta de terceiros, em atividades de limpeza, higienização e limpeza de prédios e edifícios, em atividades de estacionamentos e engenharia predial, atividades de saneamento e afins, em atividades de serviços prestados às empresas não classificadas, em atividades relacionadas ao lazer não classificadas) da Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.

Fundado em 22/11/1994 - Reconhecido em Cartório de Registro Especial em 08/02/1996 - Protocolado no MTB em 16/02/1996

Sede Provisória - Rua Mercão Dias Nº. 256 - Casa do Trabalhador - Centro
CEP: 69065 - 279 - Manaus - Amazonas - Fone (Fax): 3222-6489 - E-Mail: sindecomprests@clck21.com.br
Registro Sindical MTB nº. 46000061295/95 - Filiação à CONATEC, FENATEC



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRA DE UM LADO A FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS REPRESENTADO AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS DA CIDADE DE MANAUS QUE NÃO POSSUÍM ACT PRÓPRIO E DO OUTRO LADO O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS DA CIDADE DE MANAUS, SINDECOMPRESTS, REPRESENTADO OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS, CONFORME AS CLAUSULAS E CONDIÇÕES AS SEGUIR:

CLAUSULA 1ª - A presente Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, nos termos do Art. 611 da CLT, tem por finalidade e objetivo a estipulação de salários e condições de trabalho de todos os empregados das empresas, representados por este Sindicato de Classe.

CLAUSULA 2ª - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de novembro de 2010, as empresas Prestadoras de Serviços e Recursos Humanos da Cidade de Manaus, reajustarão os salários de seus empregados com o percentual de 5.5% (Cinco e Meio Por Cento) sobre os salários percebidos no mês de outubro de 2010.

PARÁGRAFO 1º - O piso salarial a partir de 1º de novembro de 2010 será na ordem de R\$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais),

PARÁGRAFO 2º - As Empresas que já pagam a seus funcionários salários superiores ao estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho, reajustarão os salários dos mesmos com o percentual de aumento salarial acordado nesta CCT, ou seja, 5.5% (Cinco e Meio Por Cento) e serão descontadas todas as antecipações dadas pela empresa aos empregados dos últimos doze meses, desde que tenha sido comunicado ao Sindicato obreiro.

PARÁGRAFO 3º - Independente do reajuste salarial de 5.5% negociado nesta CCT 2010/2011, as Empresas Prestadoras de Serviços e Recursos Humanos da Cidade de Manaus, não poderão pagar a seus funcionários, salário inferior a R\$ 550,00, devendo ser obedecido o novo piso salarial da categoria, na ordem de R\$ 550,00.

CLAUSULA 3ª - TAXA NEGOCIAL

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 01 de Outubro de 2010, conforme Edital publicado no jornal Amazonas Em Tempo do dia 24 de Setembro, Artigo 513 alínea "E" da CLT, Artigo 8º § IV da Constituição Federal do Brasil e recurso extraordinário nº 189.960 do Supremo Tribunal Federal, fica convencionado e determinado que as Empresas Prestadoras de Serviços da Cidade de Manaus descontarão de todos os empregados beneficiados pelo presente aumento salarial, a taxa negociada em favor desta Entidade Sindical conforme percentual abaixo.

1.5%.% (hum e meio por cento) do salário de todos os Empregados beneficiados pelo presente reajuste salarial ano base 2010/2011, no mês de Novembro de 2010;

1.5%.% (hum e meio por cento) do salário de todos os Empregados beneficiados pelo presente reajuste salarial ano base 2010/2011, no mês de Dezembro de 2010;

PARÁGRAFO 1º - A vigência da cláusula que institui a Taxa Negocial terá a mesma vigência da Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 21 de Outubro de 2010.

PARÁGRAFO 2º - O limite para pagamento da Taxa Negocial será de dez dias depois de feito o desconto dos trabalhadores.

PARÁGRAFO 3º - O pagamento da taxa Negocial será feito na secretaria do Sindicato de Classe (SINDECOMPRESTS) e não em depósito ou boleto bancário com limite máximo de dez dias depois de feito o desconto do salário do trabalhador.

PARÁGRAFO 4º - A taxa Negocial será descontada nos salários dos trabalhadores no mês de Novembro e Dezembro de 2010, caso o desconto não seja feito no referido mês, o condomínio deverá comunicar o atraso ao Sindicato de Classe e o desconto deverá ser feito no mês subsequente.

CLAUSULA 4ª - CARGA HORÁRIA

A partir desta CCT, as empresas poderão trabalhar opcionalmente com seus empregados conforme tabela a seguir.

A - 44 (Quarenta e Quatro Horas) semanais 4x4 de segunda a sexta, e 04 (quatro) horas aos sábados com intervalo de no mínimo 01 (uma) hora para o almoço.

B - 36 (trinta e seis horas) corridas de segunda a sábado com intervalo de 15 (quinze) minutos depois de completadas as 4 (quatro) primeiras horas trabalhadas.

C - 12 (Doze Horas) corridas com 36 (trinta e seis horas de folga) ou a escala: 2x1.

PARÁGRAFO 1º - Toda empresa que trabalhar na área de portaria terá que si adequar a partir desta CCT que nos novos contratos já deverá operar na escala de 12x36 e 2x1.

PARÁGRAFO 2º - O trabalho realizado de acordo com as letras "B" e "C" terá a carga horária mensal de 180.

CLAUSULA 5ª - TRABALHO DIURNO

Todo o empregado que trabalhar no horário que corresponde das 06h00min da manhã as 18h00min horas da tarde, terá direito de pelo menos uma hora de descanso para o almoço, caso o intervalo não seja concedido o trabalhador fará jus em receber uma (1) hora extra por dia trabalhado, sendo tal hora paga como interjornada com acréscimo de 50% (dias normais) e 100% nos feriados, conforme Art. 71 § 4º da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO - À hora de folga (descanso) contida na cláusula 5ª, não será acrescida sobre a carga horária de 12 horas.

CLAUSULA 6ª TRABALHO NOTURNO

Todo o empregado que trabalhar no horário que corresponde das 18h00min da tarde as 06h00min horas da manhã do dia seguinte terá direito de pelo menos uma hora de descanso para o jantar ou fazer um lanche, caso o intervalo não seja concedido o trabalhador fará jus em receber uma (1) hora por dia trabalhado, sendo tal hora paga como interjornada com acréscimo de 50% (dias normais) e 100% nos (feriados), conforme Art. 71 § 4º da CLT.



SINDECOMPRESTS

2

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE MANAUS

Trabalhadores em Condomínios (Residenciais, Prediais, Comerciais, Misto e Shoppings Centers) e Empresas Prestadoras de Serviços (Em seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, em empresas de administração de imóveis por conta de terceiros, incorporação, compra e venda de imóveis, em atividades associativas não classificadas, em atividades de assessoria em contabilidade e gestão empresarial, em atividades de envasamento e empacotamento por conta de terceiros, em atividades de inventário, higienização e limpeza de prédios e aluguéis, em atividades de estacionamentos e engenharia predial, atividades de saneamento e afins, em atividades de serviços prestados às empresas não classificadas, em atividades relacionadas ao lazer não classificadas) da Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.
Fundado em 22/11/1994 - Reconhecido em Cartório de Registro Especial em 09/02/1996 - Protocolado no MTB em 16/02/1996
Sede Provisória - Rua Marcílio Dias Nº. 258 - Casa do Trabalhador - Centro
CEP: 69065 - 274 - Manaus - Amazonas - Fone (Fax): 3622-6459 - E-Mail: sindcompres@ick21.com.br
Registro Sindical MTB nº. 428999/1225/96 - Filial à COMATEC, FENATEC



PARAGRAFO ÚNICO - A hora de folga (descanso) contida na cláusula 6ª, não será acrescida sobre a carga horária de 12 horas.

CLÁUSULA 7ª HORA EXTRA REDUZIDA

As empresas pagarão a seus funcionários que trabalham no horário noturno a hora reduzida (extra) conforme explicação a seguir:
Das 22h00min as 05h00min da manhã, encontram-se um total de sete (7) horas. 7x60 mm é igual há 420 mm (minutos).
420 mm divididos por 52.30 mm que é o tempo da hora noturna igual há 8 horas.
8 horas menos 7 horas são iguais há uma (1) hora.
Esta hora restante será paga como hora reduzida, conforme explica o Art. 73 § 1º da CLT.

CLÁUSULA 8ª - FERIADOS

A partir da presente CCT, e de acordo com o Enunciado 146 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), todo trabalho realizado pelos empregados nos feriados: Nacionais, Estaduais, Municipais e Religiosos, independente de escala de revezamento (serviço) serão pagos com o percentual de 100% (cem por cento), quando tal dia de trabalho não for compensado com uma folga.
Os feriados a serem pagos a 100%, são os seguintes:

Dia 01 de Janeiro - Confraternização universal - Feriado Nacional	Dia 07 de Setembro - Independência do Brasil - Feriado Estadual
Feriado de carnaval terça e quarta até as 12 horas - Feriado Municipal* Lei Orgânica do Município - Lei de nº 448 de 11/11/1998	Dia 12 de Outubro - Nossa Senhora de Aparecida - Feriado Nacional
Sexta Feira da Paixão - Feriado Nacional Lei Federal nº 9.093 12/09/1995 Lei Orgânica do Município - Lei de nº 1.001 de 10/07/2006	24 de Outubro - Elevação de Manaus a categoria de cidade - Feriado Municipal - Artigo 437 - LOMAM
Dia 21 de Abril - Tiradentes - Feriado Nacional	Dia 02 de Novembro - Dia dos Finados - Feriado Nacional
Dia 01 de Maio - Dia do Trabalho - Feriado Nacional	Dia 15 de Novembro - Proclam. da Republica do Brasil - Feriado Nacional
Junho - Corpus Christi - Feriado Nacional Lei Federal nº 9.093 12/09/1995	Dia 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra - Feriado Municipal Lei Orgânica do Município nº 188 de 14/06/2007
05 de Setembro - Elevação do Amazonas a Categ. de Província - Feriado Estadual	Dia 08 de Dezembro - Nossa Senhora da Conceição - Feriado Estadual
	Dia 25 de Dezembro - Natal - Feriado Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO - Os dias de realizações de eleições gerais serão pagos a 100% (Cem por cento) conforme preceitua as Leis: 662/49, 6.802/80 e 10.607/02.

*Feriados municipais de acordo com a lei nº. 448 de 11 de Novembro de 1998.

CLÁUSULA 9ª - BANCO DE HORAS

Ficam as Empresas autorizadas a utilizar o BANCO DE HORAS para a compensação de horas extras realizadas por seus empregados.

PARÁGRAFO 1º - A compensação das horas extras através do BANCO DE HORAS deverá acontecer no prazo máximo de 90 dias.

PARÁGRAFO 2º - Ocorrendo à demissão do trabalhador antes que seja feita a compensação das horas, o mesmo terá direito a receber as horas já feitas com o percentual de 50% ou 100%.

CLÁUSULA 10ª - LICENÇA PATERNIDADE

Será fornecida ao trabalhador uma licença de 05 (cinco) dias de acordo com o Art. 10º das Leis Transitórias da Constituição Federal.

CLÁUSULA 11ª - LICENÇA MATERNIDADE

A licença da empregada gestante sem prejuízo de perda do emprego e do salário será de 120 dias de acordo com o § XVIII do Art. 7º da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica vedado à dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez (devendo a empregada gestante apresentar atestado que comprove a gravidez junto à administração da empresa) até cinco meses após o parto, de acordo com o Art. 10º das Leis Transitórias da Constituição Federal.

CLÁUSULA 12ª - ESTABILIDADE EM CASO DE ACIDENTE NO TRABALHO

A estabilidade do empregado (a) acidentado (a) terá duração de 12 (doze) meses, esta estabilidade iniciar-se-á após o retorno ao trabalho e alta do INSS ao empregado, conforme Lei nº. 8.213 e Decreto nº. 611 Art. 169 de 21/07/1992 do INSS.

CLÁUSULA 13ª - ABONO DE FALTAS

Serão abonadas as faltas dos empregados quando os mesmos tiverem de prestar exames vestibulares e apresentação junto ao serviço militar obrigatório, desde que pré-avisado com 72 horas de antecedência ao departamento de pessoal ou administração da empresa e que conste à hora e data da prova, sendo que após a realização da mesma apresentar documento comprobatório.



SINDECOMPRESTS

3

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE MANAUS

Trabalhadores em Condomínios (Residenciais, Prediais, Comerciais, Misto e Shopping Centers) e Empresas Prestadoras de Serviços (Em seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, em empresas de administração de imóveis por conta de terceiros, incorporação, compra e venda de imóveis, em atividades associativas não classificadas, em atividades de assessoria em contabilidade e gestão empresarial, em atividades de arrendamento e empacotamento por conta de terceiros, em atividades de limpeza, higienização e limpeza de prédios e aluguéis, em atividades de estacionamentos e engenharia predial, atividades de saneamento e afins, em atividades de serviços prestados as empresas não classificadas, em atividades relacionadas ao lazer não classificadas) da Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.

Fundado em 22/11/1994 - Reconhecido em Cartório de Registro Especial em 08/02/1996 - Protocolado no MTB em 16/02/1996

Sede Provisória - Rua Marçalo Dias Nº. 288 - Casa do Trabalhador - Centro
CEP: 69065 - 278 - Manaus - Amazonas - Fone (Fix): 3622-4459 - E-Mail: sindecomprests@click21.com.br
Registro Sindical MTB nº. 40200091226/96 - Filiação à COMATEC, FERATEC



PARÁGRAFO 1º - O trabalhador que passar no vestibular e por necessidade tiver que mudar seu turno de trabalho para cursar a faculdade, o mesmo terá que comprovar junto à administração geral da empresa o horário que está matriculado e cursando regularmente a faculdade, mediante declaração emitida pela faculdade a qual vai estudar, depois de comprovado o ato a empresa poderá fazer a mudança do turno de trabalho do empregado para que o mesmo não tenha prejuízo nos seus estudos em nível superior, e a empresa não seja prejudicada em seu regulamento interno.

PARÁGRAFO 2º - As empresas ficam obrigadas a aceitar todos os atestados médicos expedidos pela rede oficial de saúde, hospitais e clínicas particulares e clínicas conveniada a este Sindicato de Classe, onde os mesmos (atestados) poderão ser questionados no conselho regional de medicina para comprovar sua veracidade. O atestado terá que ser entregue pelo trabalhador no departamento de pessoal da empresa 24 horas após receber o documento médico e na impossibilidade física do mesmo, o atestado deverá ser entregue por um familiar do empregado, sob pena de não aceitação do referido documento por parte da empresa.

CLÁUSULA 14ª - FORNECIMENTO DE UNIFORMES

As empresas que exigirem o uso de uniformes de seus empregados deverão fornecê-los sem qualquer ônus para os trabalhadores. Serão fornecidos 02 uniformes a cada seis meses e o trabalhador deverá zelar pelo seu equipamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O uniforme deverá ser devolvido pelo empregado por ocasião da rescisão, a não devolução implicará em desconto do uniforme no ato da rescisão contratual.

CLÁUSULA 15ª - PROMOÇÃO - MUDANÇA DE CARGO

Toda mudança de cargo ou função (promoção) após a carência de trinta dias, a empresa reajustará automaticamente os salários dos empregados promovidos.

CLÁUSULA 16ª - FÉRIAS, AVISO PRÉVIO E 13º SALÁRIO.

Serão pagos aos empregados, conforme média de horas extras e demais vantagens percebidas nos últimos 12 (doze) meses do período aquisitivo correspondente.

Os cálculos deverão ser elaborados sobre todas as vantagens financeiras e trabalhistas percebidas pelo trabalhador.

PARÁGRAFO 1º - TEMPO DE FÉRIAS:

Após o período de 12 meses do respectivo período aquisitivo, o empregado terá direito as férias na seguinte proporção:

00 a 05 faltas: 30 dias corridos de férias	15 a 23 faltas: 18 dias corridos de férias
06 a 14 faltas: 24 dias corridos de férias	Acima de 32 faltas: Sem direito de férias.
24 a 32 faltas: 12 dias corridos de férias	

PARÁGRAFO 2º - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

O pagamento integral ou da 2ª parcela do 13º salário deverá ser feito, pago, até o dia 20 de dezembro do ano corrente.

CLÁUSULA 17ª - VALE TRANSPORTE

Será fornecido a todos os empregados, de acordo com a Lei nº. 7.619 de 30/09/1987, o desconto será de 6% sobre o salário base dos empregados.

CLÁUSULA 18ª - AJUDA DE CAIXA

Todas as empresas cadastradas e as que vierem se cadastrar neste Sindicato de Classe dar-ão uma ajuda de caixa no mês de novembro de 2010 em favor desta Entidade Sindical, no valor de R\$ 400.00 (Quatrocentos Reais) para cobrir despesas administrativas desta Entidade.

CLÁUSULA 19ª - AJUDA DE MEDICAMENTO

A partir desta Convenção Coletiva de Trabalho a Empresa fica na obrigação de conceder ao trabalhador acidentado no ambiente de trabalho, uma ajuda financeira e/ou fornecimento de medicamentos mediante apresentação da receita médica.

PARÁGRAFO 1º - O valor da referida ajuda, obedecerá ao limite de R\$ 100,00 (CEM REAIS) como teto máximo de ajuda por parte da Empresa.

CLÁUSULA 20ª - VALE REFEIÇÃO

As Empresas fornecerão aos empregados refeição de qualidade com desconto de 1% (hum por cento) sobre o salário base dos mesmos. Caso o empregador pague para os empregados o valor da alimentação em espécie e não em refeição fornecida pela empresa ou serviço prestado, o valor a ser pago para o trabalhador não poderá ser inferior a R\$ 7,50 (SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) por refeição.

PARÁGRAFO ÚNICO - As Empresas que fornecem TICKETS REFEIÇÃO, o desconto será de acordo com o Programa de Alimentação ao Trabalhador PAT, ficando o valor do ticket em R\$ 7.50 (SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

CLÁUSULA 21ª - QUADRO DE AVISOS E COMUNICADOS

As Empresas manterão em suas dependências e ao alcance de todos os empregados, quadros de avisos e comunicados sobre as normas da Empresa e sobre as obrigações dos trabalhadores, para que os mesmos fiquem cientes de suas atribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO - As Empresas deverão ter em suas dependências, livros de ocorrência para que sejam relatados os acontecimentos ocorridos durante o expediente de trabalho dos empregados, principalmente no setor de portaria.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE MANAUS**

Trabalhadores em Condomínios (Residenciais, Prediais, Comercial, Misto e Shoppings Centers) e Empresas Prestadoras de Serviços (Em seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, em empresas de administração de imóveis por conta de terceiros, incorporação, compra e venda de imóveis, em atividades associativas não classificadas, em atividades de assessoria em contabilidade e gestão empresarial, em atividades de treinamento e empacotamento por conta de terceiros, em atividades de transição, higienização e limpeza de prédios e afins, em atividades de estacionamento e engenharia predial, atividades de saneamento e afins, em atividades de serviços prestados as empresas não classificadas, em atividades relacionadas ao lazer não classificadas) da Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.

Fundado em 22/11/1994 - Reconhecido em Cartório de Registro Especial em 08/02/1995 - Protocolado no MTB em 16/02/1995

Sede: Providência - Rua Márcio Dias Nº. 288 - Casa do Trabalhador - Centro

CEP: 69006 - 274 - Manaus - Amazonas - Fone (Fax): 3622-4498 - E-Mail: sindcomprests@clck21.com.br

Registro Sindical MTB nº. 46200001295/96 - Filiação à COMATEC, FENATEC

CLÁUSULA 22ª - LIBERAÇÃO PARA VISITA SINDICAL

As Empresas permitirão que o sindicato de classe, encaminhe sempre que houver necessidade, um dirigente sindical para uma visita, reunião ou fiscalização no ambiente de trabalho para dirimir quaisquer dúvidas provenientes dos trabalhadores ou da própria Empresa.

CLÁUSULA 23ª - MENSALIDADE SINDICAL

As Empresas não descontarão no mês de Novembro e Dezembro de 2010 a mensalidade sindical dos associados do sindicato, mas sim, a taxa negociada prevista na cláusula 3ª da CCT. Nos meses subsequentes, a mensalidade sindical deverá ser recolhida normalmente com o percentual de 2% do salário base dos associados.

CLÁUSULA 24ª - PAGAMENTO DE RESCISÕES

Serão feitas com os salários já reajustados no ato do desligamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com a instrução normativa nº. 03 de 21 de Junho de 2002 da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego que preceitua que, toda demissão feita 30 (trinta) dias antes da data - base da categoria será feita de acordo com a Lei nº. 7.238/84, dando ao trabalhador o direito de receber uma multa no valor que corresponde ao seu último salário.

CLÁUSULA 25ª - REAJUSTE DE SALÁRIOS POR ACÚMULO DE FUNÇÕES

As Empresas reajustarão sempre para maior os salários dos empregados que tiverem por necessidade o acúmulo de funções, com carência de 30 dias.

CLÁUSULA 26ª - PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

As empresas ficam obrigadas a pagar o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) para os trabalhadores da área de portaria e o adicional de 20% (vinte por cento) para os empregados que trabalhem na área de limpeza e que por necessidade tiverem que remover resíduos corrosivos à saúde tais como: limpeza de ambulatórios, laboratórios e consultórios médicos (sob risco de contaminação hospitalar, altamente ofensiva à saúde do trabalhador) e esgoto.

PARÁGRAFO 1º - Os percentuais contidos na cláusula 25ª, deverão ser pagos sobre os salários normativos dos trabalhadores.

PARÁGRAFO 2º - O empregado que exercer a função de porteiro, para ter direito aos 30% de periculosidade, terá o mesmo, que fazer ronda permanente em todo o perímetro do seu local de trabalho no seu horário de serviço, desta forma, o porteiro que troque de uma portaria para outra, tal atitude não se caracterizará como ronda, portanto o mesmo não fará jus a receber o acréscimo de 30% em cima do salário normativo.

PARÁGRAFO 3º DAS FUNÇÕES INSALUBRES

Na ocasião de serviços como manuseio de: Gás químico e carbônico, limpeza de ar - condicionados industriais, máquinas de refrigeração de médio e grande porte, fomalhas industriais, máquinas de problemática no manuseio, da limpeza de fossas e esgotos de grande densidade, do trabalho com eletricidade densa e saneamento contínuo, na ocasião de trabalho por parte dos empregados nas áreas e atividades acima mencionadas, as Empresas Prestadoras de Serviços terão por obrigação pagar o adicional de 20% de Insalubridade a ser calculado sobre o salário mínimo em prol do trabalhador.

CLÁUSULA 27ª - NOVAS FUNÇÕES

As empresas que tiverem em seu quadro de funcionários, funções não contidas na tabela salarial da presente CCT, deverão solicitar para o Sindicato de Classe a inclusão de tais funções na tabela salarial da presente Convenção Coletiva de trabalho com vigência a contar de 01/11/2010 a 31/10/2011.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para melhor adequar o salário correspondente às novas funções, as empresas deverão informar para esta Entidade Sindical o valor do salário atual das funções para ser feito à equiparação salarial conforme reajuste negociado na presente CCT.

CLÁUSULA 28ª - CONTRATOS COM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE

As empresas que tiverem contratos nos referidos locais reajustarão os salários de seus Empregados com o percentual de 20% de insalubridade.

CLÁUSULA 29ª - REPASSE AS EMPRESAS CONTRATANTES

As empresas prestadoras de serviços e recursos humanos repassarão para suas contratantes o mesmo percentual de reajuste negociado nesta CCT com o Sindicato de Classe para seus empregados.

CLÁUSULA 30ª - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Nos termos que determina a LEI Nº 7.358/2000 e considerando o a Convenção Coletiva de Trabalho, em vigor assinada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA CIDADE DE MANAUS - SINDECOMPRESTS, os signatários referenciados instituirão em comum acordo a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que representa o SINDICATO OBREIRO e a FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, BENS E SERVIÇOS DO AMAZONAS - FECOMÉRCIO - DO ESTADO DO AMAZONAS que representa a classe patronal da categoria de Trabalhadores em Condomínios e Empresas Prestadoras de Serviços de Manaus, como também os Condomínios pertencentes ao segmento representado pelos mesmos, incluindo-se todos os trabalhadores do setor de Condomínio e Empresa Prestadoras de Serviços da Cidade de Manaus, deverão utilizar a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia apresentado suas demandas de natureza trabalhista e já comparecendo sempre que notificadas com vistas a buscar a Conciliação da Demanda apresentada.

Parágrafo 1º: No caso de haver conciliação a mesma terá natureza liberatória geral salvo se houver ressalva conforme dispõe o Art. 625- "E", sendo aplicado além da CCT o regimento Geral da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia. O Regimento Geral da Comissão



SINDECOMPRESTS

5

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE MANAUS

Trabalhadores em Condomínios (Residenciais, Prediais, Comercial, Misto e Shopping Centers) e Empresas Prestadoras de Serviços (Em seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária, em empresas de administração de imóveis por conta de terceiros, incorporação, compra e venda de imóveis, em atividades associativas não classificadas, em atividades de assessoria em contabilidade e gestão empresarial, em atividades de ensino e treinamento por conta de terceiros, em atividades de imunização, higienização e limpeza de prédios e edifícios, em atividades de estacionamentos e engenharia predial, atividades de saneamento e afins, em atividades de serviços prestados às empresas não classificadas, em atividades relacionadas ao lazer não classificadas) da Cidade de Manaus no Estado do Amazonas.

Fundado em 22/11/1984 - Reconhecido em Cartório de Registro Especial em 08/02/1986 - Protocolado no MTB em 16/02/1986

Sede Provisória - Rua Marcílio Dias Nº. 256 - Casa do Trabalhador - Centro
CEP: 69005 - 279 - Manaus - Amazonas - Fone (Fax): 3622-6469 - E-Mail: sindecomprests@clik21.com.br

Registro Sindical MTB nº. 4600801295/86 - Filiação à CONATEC, FENATEC



Intersindical de Conciliação Prévia juntamente com esta CCT, serão remetidos as Empresas abrangidas pela Federação do Comércio que representa o sindicato patronal signatários para conhecimento e cumprimento do mesmo. O Sindical laboral por intermédio da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia informará a Federação ou ao sindicato patronal quando da criação e legalização do mesmo sobre as audiências de tentativa de conciliação que envolva os condomínios e empresas prestadoras de serviços da Cidade de Manaus a fim de que seja indicado conciliador patronal para cada sessão.

Parágrafo 2º: A Comissão instituída no caput desta Cláusula terá por objetivo principal buscar a solução negociada empresa condomínio e empregado ou vice-versa, em litígio esse unicamente que derive de relação de empregado e empregador oriundo de direitos trabalhistas e outros originários da relação de trabalho que haja entre as partes.

Também poderá conciliar conflito que derive da relação empresa e Sindicato Laboral, e ainda no cumprimento das Cláusulas contidas nesta CCT, sendo considerada a Conciliação como Título Executivo Eficaz Administrativo ou Judicial.

Parágrafo 3º: Por força desta CCT combinada com o Artigo 625 letra "D", inciso II da Lei nº 9.958 de 12/01/2000, ficam os trabalhadores representados pelo SINDECOMPRESTS, bem como as empresas abrangidas pela mesma norma Coletiva, obrigando (as) a buscarem a conciliação de seus dissídios individuais na Comissão Intersindical de Conciliação Prévia. Para ingresso junto a Justiça do Trabalho será obrigatório a juntada do Termo de Tentativa de Conciliação frustrada a ser fornecida pela CICP.

Parágrafo 4º: Somente se buscará a Justiça do Trabalho quando a comissão não conseguir mediar o conflito, quando o mesmo ficar resolvido e acordado será nulo de pleno direito qualquer ação jurídica, nos termos que estabelece o Artigo 625 "E", parágrafo único da Lei nº 9.958 de 12/01/2000.

Parágrafo 5º: Os condomínios e empresas prestadoras de serviços aqui representadas pela FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO ao sindicato patronal quando da criação e legalização do mesmo, signatários desta CCT, ficam orientadas de proceder a demandas de natureza trabalhista ou homologar rescisão de contrato de trabalho dos trabalhadores de condomínios e empresas prestadoras de serviços, bem como os demais trabalhadores ligados direta ou indiretamente a categoria somente na Comissão Intersindical de Conciliação Prévia desta Entidade Sindical, considerando que por força desta CCT o SINDECOMPRESTS já possui Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, devendo os Condomínios e as empresas utilizarem tal Comissão nos termos que dispõe o Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria nº329 de 14/08/2002 da Lavra do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Parágrafo 6º: A COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DO SINDECOMPRESTS, funcionará na Rua Marcílio Dias, 256 - Centro (Casa do Trabalhador, no horário das 08h30min às 14h30min horas de 2ª a 5ª feira ou em caráter excepcional de acordo com a necessidade das partes, que tem por objetivo buscar a solução negociada entre empregado e empregador ou Sindicato Laboral ou empresa, em DEMANDAS oriundas exclusivamente da relação de trabalho ou da aplicação de cláusulas constantes desta CCT, e sendo considerado o termo conciliação como título executivo eficaz administrativa e judicialmente, conforme o ART. 625-E, § único da CLT, criado pela Lei nº 9.958/00.

CLÁUSULA 31ª - DESCUMPRIMENTO

O descumprimento por parte das Empresas das obrigações contidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho implicará em multa no valor de 15 % (quinze por cento) sobre o valor do piso salarial contido nesta CCT.

CLAUSULA 32ª - AUTENTICIDADE DA CONVENCAO COLETIVA DE TRABALHO

Toda e qualquer cópia da Convenção Coletiva de trabalho 2010/2011, só terá validade mediante carimbo, assinatura e selo de autenticidade emitido pelo Sindicato de Classe, na ausência destes requisitos a copia da CCT não terá validade.

A presente norma de autenticidade serve para resguardar o direito legal das empresas devidamente cadastradas e as que vierem se cadastrar neste Sindicato Obreiro, onde a copia da CCT só terá validade para concorrência em licitações ou outros fins mediante as normas estipuladas nesta cláusula.

CLÁUSULA 33ª - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá a duração de 12 (doze) meses com início a contar de 01/11/2010 até 31/10/2011.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, uma das quais será depositada na Delegacia Regional do Trabalho no Amazonas.

CLÁUSULA 34ª - DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias resultantes na aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pelo Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho.

Manaus, 28 de Outubro de 2010.

ANTONIO VICENTE DO NASCIMENTO
SINDECOMPRESTS
CPF: 160.024.582-04
CNPJ: 00.444.514/0001

JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo Do Estado Do Amazonas
CPF: 001.844.462-87
CNPJ: 04.403.986/0001-00